

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza,
Construção e Segurança Nuclear

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

da República Federal da Alemanha

AVALIAÇÃO DO FUNDO CLIMA

Modalidade Recursos Não Reembolsáveis

REUNIÃO DE PARES

29 de março de 2016



FUNDO CLIMA

Avaliação da Modalidade de Recursos não reembolsáveis

Amostra de temas e parcerias, combinando entrevistas e visitas a campo.

Critérios de priorização

- Projetos estruturantes e experimentais
- Pelo menos três das cinco áreas temáticas
- Distribuição regional: Semiárido, Zona Costeira e Cerrado
- Iniciativas de atuação em escala (FNDF, DCD/IICA, Funai)
- Projetos bem-sucedidos e com diferentes problemas de execução
- Diferentes perfis de instituições executoras e volumes de projetos

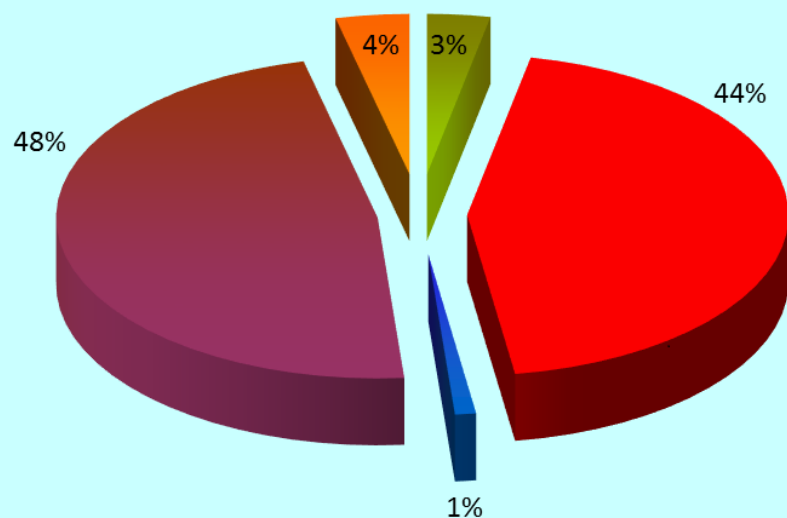


Do total de 46 parcerias, 15 foram analisadas de forma mais específica (32,6%, sendo que 21,8% foram visitadas).

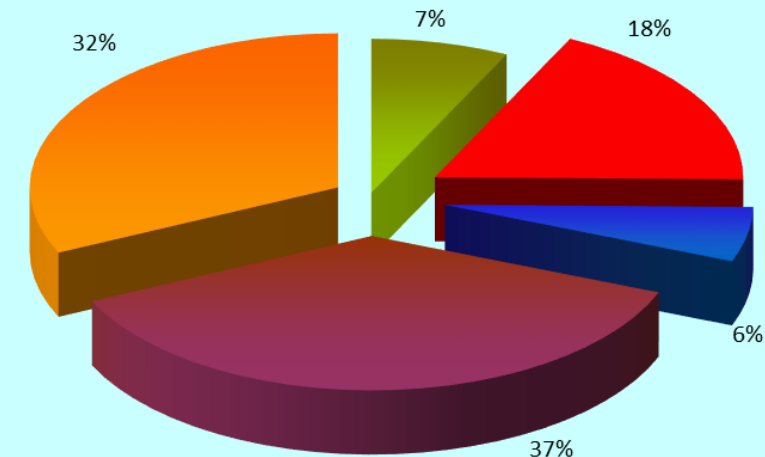
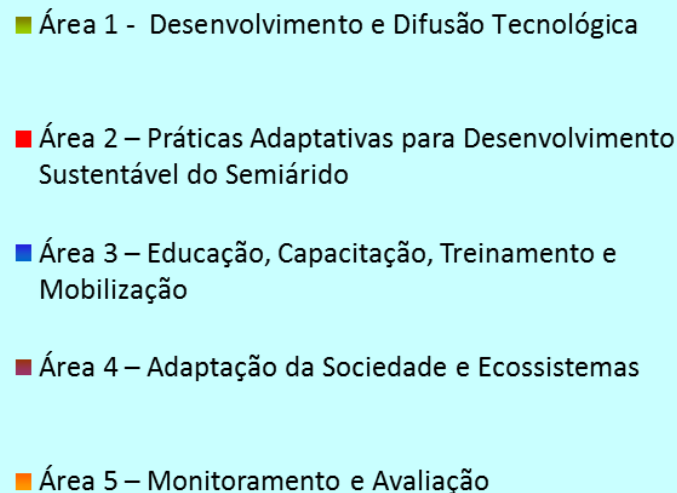


Estrutura de áreas e temas

- Apoio direto à **estruturação da Política Nacional de Mudança do Clima**: laboratórios e estações de monitoramento, desenvolvimento de metodologias e cenários relativos às mudanças do clima, apoio aos planos setoriais e ao Plano Nacional de Adaptação, etc;
- Apoio a **experiências concretas**, articulando ações de diversas políticas públicas com a PNMC tais como o combate à desertificação, gestão costeira e manejo florestal.



Projetos contratados



Recursos

Aspectos positivos

- Estabelecimento de um portfólio diversificado de projetos, que atuam em temas importantes para as áreas de mitigação e adaptação.
- Rápido crescimento do número de projetos apoiados, devido à agilidade do Fundo Clima na seleção e contratação de projetos.

Recomendações

- Revisar a estrutura dos temas, estabelecendo correlações com a PNMC e seus instrumentos, facilitando a comunicação das estratégias e prioridades do Fundo Clima.
- Elaborar estratégias de captação de recursos via fontes não orçamentárias da União, buscando o estabelecimento de parcerias de co-financiamento no desenvolvimento de projetos.



Mecanismos de Gestão e Transferência de Recursos



Tipo de instituição	Proporção de Projetos (em %)	Proporção de Recursos aplicados (em %)
Pública Federal	15	59
Pública Estadual	3	7
Pública Municipal	2	2
Privada sem fins lucrativos	80	32

Instrumento de repasse	Tipo de instituição executora
Convênio	Órgão da administração pública direta ou indireta, consórcios públicos ou entidades privadas sem fins lucrativos
Descentralização Financeira	Órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente do órgão descentralizador
Contrato de execução de serviços	Entidade privada com ou sem fins lucrativos



Aspectos positivos

- Estratégia de parcerias permitiu maior coerência com as prioridades temáticas e ampliou significativamente o número de projetos e executores, aumentou a capilaridade do Fundo Clima e o envolvimento de entidades privadas sem fins lucrativos na execução dos projetos.

Recomendações

- Fortalecer a equipe da Gerência do Fundo Clima tanto em temas de gestão como em temas técnicos sobre Mudança do Clima.
- Ampliar a busca por boas práticas de gestão.
- Estabelecer regras para que parcerias entre o Fundo Clima e outros Fundos envolvam co-investimento entre as partes nos projetos desenvolvidos pela parceria.





Prioridade temática: Apoios à elaboração do Plano Nacional de Adaptação e contribuições estruturantes à PNMC

Aspectos positivos

- Apoio ao processo de elaboração do PNA qualificou o debate técnico.
- Apoios relevantes para a fundamentação científica da análise de mudanças do clima e para orientar ações imediatas de proteção contra eventos extremos (Sistema de Monitoramento e Alertas contra Desastres Naturais, recuperação da série de dados climáticos).

Recomendações

Alinhamento do Fundo Clima com as orientações do PNA para reforçar as estratégias e prioridades de investimento do Fundo Clima.



Prioridade regional: Práticas adaptativas para o desenvolvimento sustentável do semiárido

a) Infraestrutura e intervenções físicas para segurança hídrica, prevenção de erosão e a recuperação de áreas degradadas



Aspectos positivos

- As intervenções físicas são medidas simples, eficazes e de baixo custo, podendo ser integradas com outras abordagens de manejo de recursos naturais.
- As medidas estão previstas nas políticas públicas e são desenvolvidas por organizações que estão integradas às redes regionais engajadas na construção destas políticas.

Recomendações

- Promover intercâmbio e processos de aprendizagem entre os vários projetos.
- Implementar as intervenções físicas, associadas as políticas publicas, com metas em escala numérica significativa e abordagens metodológicas específicas de difusão, incluindo custos de implementação e quantificação dos benefícios econômicos
- Incorporar de forma mais consistente aspectos relacionados à adaptação às mudanças do clima nos projetos (utilização de projeções e cenários climáticos para a priorização e concepção, metas e indicadores relacionados à adaptação).



b) Manejo Florestal da Caatinga



Aspectos positivos

- Tema de relevância estratégica, pela importância do uso da lenha na matriz energética da região e como estratégia de sobrevivência de populações rurais vulneráveis.
- Os apoios foram alocados ao longo das cadeias produtivas e permitem a criação de conexões entre a aplicação de recursos não reembolsáveis e reembolsáveis no Fundo Clima.
- As ações de monitoramento empreendidas no projeto PAQTC poderão ser aproveitadas para o estabelecimento de indicadores do Fundo Clima.

Recomendações

- Em longo prazo, é importante também prever a diversificação da matriz energética, por exemplo, pelo fortalecimento do uso de energia solar e eólica.
- Avançar na exploração de possibilidades de conexão de recursos não reembolsáveis e reembolsáveis nos projetos de caráter produtivo (exemplo eficiência energética), preparando os proponentes para a operação de recursos reembolsáveis e considerando as opções de envolver outros bancos e agentes financeiros.
- Avaliar o potencial para contribuir à mitigação no tema eficiência energética.